GÊNESE DO INSTITUTO DO CEARÁ

Geraldo Nobre

A primeira fundação do Instituto do Ceará ocorreu no ano de 1877, por conseguinte na década mais significativa da evolução intelectual do povo cearense, quando uma verdadeira plêiade de jovens impôs às atividades literárias, científicas e filosóficas um dinamismo incomum, cujas motivações ainda não foram devidamente estudadas.

Em **Datas e Factos para a História do Ceará**, pelo Dr. Guilherme Studart – 2o. volume, publicado em 1896, lê-se, à pagina 234:

"15 de Novembro – O presidente da província aprova os estatutos da sociedade denominada – Instituto Histórico e Geográphico Cearense – fundada em Fortaleza em 6 deste mês em virtude de contracto existente com a extincta directoria do Gabinete Cearense de Leitura, firmado em 3 de julho anterior. Essa associação não foi adiante, morrendo logo ao nascer".

Com base na informação do notável pesquisador que foi o Barão de Studart, e em notas fornecidas pelo diretor do Arquivo Público Eusébio de Sousa, o folclorista e historiador Leonardo Mota publicou, na edição de 28 de abril de 1937, do diário fortalezense "O Estado", um artigo, com a epígrafe **O "Instituto" Natimorto**, alusivo, especialmente, à participação de João Brígido dos Santos naquela sociedade instalada em 15 de novembro de 1877.

No dia seguinte, Hugo Vítor, pelo mesmo jornal, e com a mesma epígrafe, salvo as aspas, ofereceu a sua contribuição sobre o Instituto Histórico e Geográfico Cearense, narrando que, em 1918 ou 1919, encontrara, na Biblioteca Pública um livro de capa preta, em cujas quatro primeiras páginas João Brígido havia lavrado e assinado duas atas da dita sociedade.

Acrescentou Hugo Vítor que levara o livro em apreço ao Barão de Studart e este, examinando-o, lamentara o seu estado de conservação e o restituíra, após o que ele — autor do artigo — voltara à Biblioteca, entregando ao respectivo porteiro o precioso volume, colocado, sob suas vistas, na estante dos jornais.

Efetivamente, servia, então, na portaria daquele departamento, o servente Horácio Leão, de quem Hugo Vítor mencionou apenas o prenome, esclarecendo que referido funcionário se prontificara a mostrar o livro de atas do Instituto Histórico e Geográfico Cearense ao diretor da Biblioteca e Arquivo Público, Alfeu Faria de Aboim.

Naquele ano de 1937, à instância de Eusébio de Sousa, tentara Hugo Vítor reencontrar o documentário, porém inutilmente, parecendo, ademais que se haviam extraviado as cópias das duas atas por ele próprio copiadas, conforme referência em seu artigo de 29 de abril de 1937.

As publicações no "O Estado" prendiam-se às comemorações do cinqüentenário do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), transcorrido em 4 do mês anterior, enquanto o Barão de Studart registra a fundação respectiva como efeméride de 3 de março, em sua obra já citada.

Nenhum outro autor, nem mesmo Dolor Barreira — que escreveu a História da Literatura Cearense, após levantamento de todas as fontes disponíveis — fez referência ao primeiro Instituto, cujas origens vinham do ano de 1874, não se contando alguns esboços de tentativas bem anteriores, perdidos no tempo, como fatos isolados.

O jornal "Cearense", órgão do Partido Liberal, na Cidade de Fortaleza, lembrou a conveniência da fundação de um Instituto para aquisição de documentos de valor literário e científico, publicação de memórias etc, sobre o Ceará, em nota que a "Tribuna Católica", também de Fortaleza, reproduziu logo após, em sua edição de 22 de novembro de 1874.

A sugestão envolvia o nome de João Brígido dos Santos, um dos redatores do "Cearense" e catedrático de Português do Liceu do Ceará, de quem dizia a nota que poderia ser eleito presidente do Instituto a fundar-

-se. Na época, o funcionamento legal de qualquer instituição dependia, no entanto, de aprovação dos estatutos pelo Governo, e como à frente da administração provincial se encontravam os conservadores, alvo de críticas dos liberais, não houve condições para o êxito da tentativa em apreço.

O major João Brígido dos Santos, querendo sensibilizar o Governo e os estudiosos, começou a publicar no referido jornal a sua "Cronologia do Ceará", datando de 14 de janeiro do ano seguinte (1875) a primeira publicação. Era um trabalho naturalmente sujeito a imprecisões e que produziu um efeito contrário ao desejado, provocando rivalidades cuja persistência influiu no fracasso da tentativa de 1877 e alijou definitivamente quem o escreveu do convívio com os historiadores do Instituto do Ceará, pois Paulino Nogueira, Guilherme Studart, Perdigão de Oliveira e Antonio Bezerra mostraram-se críticos severíssimos do cronologista, suscitando sua animadversão.

Muito estimado pelos estudantes, sobretudo de seus alunos do Liceu do Ceará, de cuja Sociedade Literária Dezenove de Outubro era presidente de honra, J. Brígido — como usualmente se assinava o jornalista — influiu nas sociedades que eles iam constituindo, a exemplo do Cosmos Científico, fundada naquele ano de 1875, e do Gabinete Cearense de Leitura, instalado por ocasião das comemorações do 50o. aniversário natalício do Imperador Dom Pedro II, realizadas em 2 de dezembro, também de 1875, em Fortaleza.

Ganhou força, no Gabinete, a idéia da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Cearense, principalmente por intermédio de Raimundo Antônio da Rocha Lima, quase um adolescente, de vinte anos de idade, que, no entanto, atraía para a sua pessoa as atenções gerais, devido aos dotes excepcionais de inteligência e à dedicação aos estudos. Convidado a lecionar no Colégio Aquino, da Corte do Rio de Janeiro, embarcou em Fortaleza aos 22 de janeiro de 1877, conforme registro nos jornais da época, demorando-se, no entanto, menos de dois meses naquela cidade, onde reviu Capistrano de Abreu, antigo colega e companheiro da chamada "Academia Francesa do Ceará", em companhia de quem deve ter freqüentado os círculos intelectuais fluminenses, inclusive o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, então a principal sociedade literária e científica da Capital do Império, procurada por todos os homens cultos.

Regressando tão brevemente ao Ceará, por haver sido designado para auxiliar os trabalhos da Biblioteca Pública depois das horas de seu expediente como amanauense da Secretaria do Governo da Província, mediante a gratificação anual de 400$000, Rocha Lima foi, muito provavelmente, o intermediário do contrato celebrado em 3 de julho de 1877, de acordo com o qual o Gabinete Cearense de Leitura instalaria em suas dependências o Instituto Histórico e Geográfico Cearense.

Transcorreram três meses e vinte dias antes de se concretizar a idéia, em 23 de outubro seguinte, quando, sob a presidência do Padre Antonino Pereira de Alencar e funcionando como secretários Virgílio Augusto de Morais e José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, os fundadores tomaram conhecimento do projeto dos estatutos da nova sociedade. Segundo o noticiário da edição do "Mercantil" de 27 daquele mês, foi o referido projeto submetido a uma comissão, integrada pelo dito Dr. Virgílio Augusto de Morais, pelo Padre João Augusto da Frota, por Raimundo Antonio da Rocha Lima e, ainda, pelo Dr. Garcia, que era o Bacharel Manuel de Sousa Garcia, secretário da Chefatura de Polícia do Ceará e autor da proposta para constituição dessa comissão, acrescida com o Major João Brígido dos Santos, segundo as notas de Eusébio de Sousa divulgadas por Leonardo Mota.

Os indicados desincumbiram-se rapidamente do trabalho, pois, em 1o. de novembro, o "Cearense" publicou um convite aos sócios fundadores do Instituto, para uma reunião, às 6 horas do dia 3, sábado, no Gabinete Cearense de Leitura. Nessa ocasião, além de aprovados os estatutos, houve a eleição da diretoria provisória, assim constituída.

Presidente: Conselheiro Silvério Fernandes de Araújo Jorge.

1o. Vice-Presidente: Major João Brígido dos Santos.

2o. Vice-Presidente: Bacharel Paulino Nogueira Borges da Fonseca.

Secretário Perpétuo: Bacharel Virgílio Augusto de Morais.

2o. Secretário: Engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante.

Suplentes: João Lopes Ferreira Filho e João Eduardo Torres Câmara.

Orador: Bacharel Thomaz Pompeu de Souza Brasil (Filho).

Tesoureiro: João Cordeiro.

Comissão de redação e admissão de sócios: Bel. Thomaz Pompeu de Souza Brasil (Filho), Bacharel Frederico Augusto Borges e Raimundo Antônio da Rocha Lima.

Comissão de revisão e pesquisa de manuscritos: Reverendo Dr. João Augusto da Frota, Bacharel Paulino Nogueira Borges da Fonseca e Manuel Nunes de Melo.

Comissão de Trabalhos Históricos, Geográficos e Estatísticos: Major João Brígido dos Santos, Dr. Pedro Augusto Borges e Engenheiro Henrique Thèberge.

Comissão de Orçamento: 1o. Tenente Manuel Lourenço de Castro Rocha, Fausto Domingues da Silva e Vicente Alves Linhares.

Ainda o "Cearense", de 8 de novembro de 1877, divulgou a eleição dessa diretoria provisória, que é a mesma constante das notas de Eusébio de Sousa, nas quais a fonte de informação está omitida.

Segundo o Barão de Studart, o Presidente da Província, que era o Desembargador Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, dela natural, aprovou os estatutos da nova sociedade em 15 de novembro daquele ano (1877). Em conseqüência, através do "Cearense" do dia 18, foi convocada uma reunião dos sócios, para a segunda-feira, 19, às 7 horas da tarde — como se dizia na época — a fim de marcar a posse da diretoria provisória, tendo sido acertado o domingo, 25, às 12 horas, como sempre no salão do Gabinete Cearense de Leitura.

Depois disso, não há outras informações nas folhas da época a respeito das atividades do Instituto, que Leonardo Mota qualificou de "natimorto" sem examinar as causas desse fato. Na verdade, muitas cir-

cunstâncias se combinaram para impedir a continuidade do referido centro de estudos históricos e geográficos, entre elas a seca de 1877 a 1879, maior flagelo sofrido pelos cearenses em todos os tempos.

Naquele transe, em que milhares de retirantes invadiram a capital cearense, os reforços concentraram-se em dar-lhes assistência, tendo atuação marcante, a este respeito, o próprio Gabinete junto ao qual se instalara o Instituto.

O motivo principal do falecimento dessa sociedade provavelmente foi a remoção de seu presidente da Relação do Ceará, em cuja presidência, aliás, se encontrava desde fevereiro de 1876, para a de Pernambuco, em dezembro de 1877, portanto no mês seguinte ao da instalação do Instituto. O Conselheiro Silvério Fernandes de Araújo Jorge, que fora fundador e primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano, prontificara-se a patrocinar a causa do congênere cearense, com o prestígio de seu nome e, até mesmo, da toga de magistrado. Sem isso, o predomínio de intelectuais comprometidos com o Partido Liberal, de oposição, no seio da entidade, a tornava inviável, por falta de apoio do Governo conservador. Neste, empossara-se, precisamente em 23 de novembro, o Conselheiro João José Ferreira de Aguiar, menos interessado, certamente, que o seu antecessor, no desenvolvimento da atividade intelectual do Ceará, por ter nascido em Outra Província — a de Pernambuco.

Os próprios liberais mostravam-se desarvorados, com o falecimento, em 2 de setembro daquele ano (1877), do Senador Thomaz Pompeu, pai do bacharel homônimo, cuja ascendência sobre os jovens intelectuais cearenses era considerável. Alguns meses depois, em 12 de dezembro, faleceu, também José de Alencar, o que significou terem desaparecido, em tão limitado período, os dois mais ilustres filhos do Ceará.

Como por estranha fatalidade, o jovem Rocha Lima, em quem todos reconheciam o maior talento de sua geração, na Província, jamais se recuperou da enfermidade que lhe minava o organismo, falecendo, afinal, em 28 de julho de 1878. Seu estado de saúde não lhe permitiu

transmitir ao Instituto Histórico e Geográfico Cearense a vitalidade indispensável para vencer aqueles obstáculos, que, na verdade, retardaram por dez anos o êxito de uma tentativa plena de conseqüências para o desenvolvimento cultural do Ceará, como ficaria demonstrado a partir de 4 de março de 1887, quando surgiu o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). — O POVO, 2 de março de 1977.